

18.outubro.2012 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** Movimento de Formadores Externos do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
João Revez, Graça Araújo e Sónia Godinho.
- Recebido por:** Deputados Odete João (PS), Ana Oliveira (PSD), Ana Sofia Bettencourt (PSD), Elza Pais (PS), Maria Conceição Pereira (PSD) e Rui Jorge Santos (PS)
- Assunto:** Situação dos formadores externos do IEFP e continuidade/colaboração com esta entidade

Exposição: Os representantes do Movimento de Formadores Externos do IEFP agradeceram a concessão da audiência e esclareceram que representam um elevado número de profissionais que, ao longo de anos, serviu, de forma abnegada e profissional, aquele Instituto. Salientaram que pretendem apresentar as suas preocupações face às alterações que se querem impor na contratação de formadores e no que se refere à reorganização institucional entre o Ministério da Educação e Ciência e o IEFP, no sentido de afetar os professores com ausência de componente letiva aos presentes e futuros cursos profissionais, dispensando, desta forma, milhares de formadores externos qualificados.

Fizeram uma breve síntese das diligências entretanto efetuadas, nas quais se incluem vários pedidos de audiência: ao Presidente da República, a vários membros do Governo e ao Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Foram apenas recebidos por este último, que os informou que vai ser criada uma plataforma própria para a contratação de formadores, que terá em conta a graduação, sendo que o regime de contratação não está ainda definido.

Reivindicam o reconhecimento legal da profissão e a clarificação da situação e das funções que exercem, enquanto formadores, coordenadores e mediadores do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Mencionaram que são profissionais altamente qualificados, possuem experiência nesta área e conhecem o público-alvo e as suas especificidades. Fizeram ainda referência à situação precária em que se encontram, enquanto trabalhadores independentes, com acesso vedado a qualquer regime de proteção no desemprego.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) lamentou a situação, considerando incompreensível que não tenham sido ouvidos no âmbito da negociação destas alterações. Referiu-se ainda ao aumento do desemprego e ao desaproveitamento de recursos, nos quais se investiu durante longos anos.

A Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) questionou os formadores sobre o momento em que se organizaram e perguntou se têm representatividade nalgum organismo ou sindicato. Fez ainda referência aos problemas da rede de formação, que depende de vários ministérios, esclarecendo que o Governo está a trabalhar na racionalização de recursos e na organização da rede, tendo em conta as atuais circunstâncias e os meios de que o País dispõe.

Os representantes do Movimento de Formadores esclareceram que não têm representação sindical, pelo facto de a profissão de formador não ser reconhecida. Referiram-se ainda à necessidade de criarem este movimento, dada a inércia da Associação Nacional de Formadores Profissionais, que nunca os informou dos resultados das reuniões onde participou.

Reafirmaram que não estão em causa as alterações estruturais, mas a necessidade de equidade na contratação. A este propósito, referiram-se à contagem do tempo de serviço, que é desigual em relação aos professores: 880 horas de lecionação de um professor correspondem a um crédito, sendo que os formadores necessitam de 1600 horas para obterem o mesmo crédito. Fizeram ainda alusão à impossibilidade de as escolas contratarem técnicos, pelo que estão a utilizar os professores das diferentes áreas curriculares para a lecionação de áreas técnicas.

Por último, consideraram que devem ser parte integrante deste processo, pelo que reivindicam a sua participação nas negociações.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) disse compreender as preocupações expostas, considerando, no entanto, que havia necessidade de organizar a rede e racionalizar os recursos, dada a atual conjuntura do País.

A Sra. Deputada Odete João (PS) lembrou a Lei de Bases do Sistema Educativo e a necessidade de a mesma ser cumprida, quer no que se refere aos jovens, quer no que diz respeito à formação de adultos. Para isso é preciso criar oportunidades para que todos possam aceder à formação. Considerou ainda que os professores e os formadores são fundamentais e que não se deve desperdiçar a experiência e a competência de todos os que trabalharam na formação de adultos. Todos são precisos. Por último referiu que a rede de centros de formação de adultos deve ter cobertura nacional e nada obsta que os mesmos estejam sediados em escolas.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão](#), na internet.

Palácio de São Bento, 18 de outubro de 2012

A assessora da Comissão
Cristina Tavares